

## Gestão de Recursos Hídricos em Minas Gerais

Minas Gerais se destaca no cenário nacional por sua riqueza hídrica e por abrigar rios importantes para o país, como o São Francisco, Doce, Grande, Jequitinhonha e Paraíba do Sul. No total, são mais de 10 mil cursos d'água. Essa riqueza também está no subsolo: o Estado possui 10 sistemas de aquíferos que reúnem 68 unidades, entre elas o aquífero Guarani, um dos maiores do mundo, que abrange também territórios do Uruguai, Argentina e Paraguai.

A hidrografia de Minas Gerais é, portanto, estratégica não apenas para o desenvolvimento do Estado, mas para o de todo o país. Os rios e bacias que vão para além de Minas fornecem água para o complexo hidrelétrico brasileiro, para o Sistema Cantareira — um dos maiores sistemas produtores de água do mundo, que abastece a Grande São Paulo — e para o desenvolvimento de diversas outras atividades, como indústria, mineração, irrigação, agricultura, pecuária, piscicultura e turismo nos estados do Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste.

Diante deste cenário, são grandes também a responsabilidade e os desafios para a gestão das águas no Estado. Criado em 1997, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) é responsável por executar a Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída pela Lei n. 13.199/99, direcionando esforços para garantir maior quantidade e melhor qualidade das águas. Sua atuação está voltada principalmente ao planejamento e à gestão descentralizada e participativa, ao monitoramento hidrometeorológico e da qualidade da água, além de atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Nesses desafios, o Estado tem registrado avanços importantes. Entre os anos de 1998 e 2009, foram criados 36 comitês de bacias hidrográficas de Minas Gerais. Esses comitês são a base para a gestão participativa das águas e possuem um universo de cerca de 2 mil conselheiros. Em 2010, foi concluído o Plano Estadual de Recursos Hídricos, instrumento que traz as diretrizes para o planejamento e o controle adequado do uso da água em Minas Gerais. Neste momento estão sendo elaborados os planos diretores de recursos hídricos de cada uma das 36 unidades de planejamento e gestão desses recursos, e 25 já estão concluídos. A Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos já foi implementada em 9 bacias mineiras.

O monitoramento da qualidade das águas é realizado em todo o Estado desde 1997, gerando dados estratégicos a fim de identificar áreas prioritárias para investimento, bem como para direcionamento e acompanhamento das políticas públicas. O monitoramento hidrometeorológico também abrange todo território mineiro, contando com a instalação de radar meteorológico, que permite maior confiabilidade e precisão para estimar a intensidade das chuvas.

Todas essas ações colocam Minas Gerais entre os estados mais avançados na gestão de recursos hídricos do país. Entretanto, os desafios ainda são grandes e demandam investimentos contínuos e ações conjuntas do governo e sociedade.

Marília Carvalho de Melo  
Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)